



ESCOLA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA E HOTELEIRA

~~X~~ GF  
Cfz Hcc

## ASSOCIAÇÃO AÇORIANA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA E HOTELEIRA

Demonstrações Financeiras e orçamentais  
**31 de dezembro de 2018**



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and the letters 'G' and 'AK'.

## **Índice**

### **Demonstrações financeiras**

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações no património líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

Nota introdutória – Adoção pela primeira vez do SNC – AP

Identificação da entidade

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

Informação desagregada dos itens apresentados no balanço e na demonstração dos resultados tendo em conta a sua natureza e materialidade

Ativos e passivos contingentes

Indicação do número de pessoal, titulares do órgão de gestão ou informação útil

### **Demonstrações orçamentais**

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

Anexo às demonstrações orçamentais

Alterações orçamentais da receita

Alterações orçamentais da despesa

Transferências e subsídios recebidos



ESCOLA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA E HOTELEIRA

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2018 e 2017**



(Valores expressos em euros)

**Balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

	Notas	31-12-2018	31-12-2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	1	69.176,89	90.088,51
Participações financeiras	2	2.547,22	6.853,94
Devedores por transferências e subsídios	3	170.000,00	405.000,00
Ativos por impostos diferidos	4	-	52.281,01
		<u>241.724,11</u>	<u>554.223,46</u>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	5	16.508,69	20.958,25
Devedores por transferências e subsídios	3	1.291.913,06	1.161.467,96
Clientes, contribuintes e utentes	6	14.376,31	19.906,20
Estado e outros entes públicos	4	6.778,78	-
Outras contas a receber	7	886.452,23	1.492.065,50
Diferimentos	8	2.689,73	4.395,77
Caixa e depósitos	9	27.300,67	6.601,93
		<u>2.246.019,47</u>	<u>2.705.395,61</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><b>2.487.743,58</b></u>	<u><b>3.259.619,07</b></u>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património	10	50.000,00	50.000,00
Resultados transitados		(164.265,55)	(101.125,08)
Outras variações no património líquido		25.465,34	44.845,41
Resultado líquido do período		<u>1.470,96</u>	<u>(58.140,47)</u>
<b>Total do Património Líquido</b>	10	<u><b>(87.329,25)</b></u>	<u><b>(64.420,14)</b></u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras contas a pagar	11	<u>5.703,98</u>	<u>10.044,94</u>
		<u><b>5.703,98</b></u>	<u><b>10.044,94</b></u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	414.519,47	373.846,31
Estado e outros entes públicos	4	21.278,78	31.805,97
Financiamentos obtidos	12	1.620.998,29	2.389.435,03
Outras contas a pagar	11	461.364,52	457.199,17
Diferimentos	8	51.207,79	61.707,79
		<u>2.569.368,85</u>	<u>3.313.994,27</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u><b>2.575.072,83</b></u>	<u><b>3.324.039,21</b></u>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<u><b>2.487.743,58</b></u>	<u><b>3.259.619,07</b></u>

O Contabilista Certificado

A Direção

  
Manuela da Graça Teixeira



(Valores expressos em euros)

**Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

	Notas	2018	2017
Prestações de serviços	13	394.853,77	493.798,85
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	1.313.673,90	1.250.781,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(205.024,79)	(239.345,23)
Fornecimentos e serviços externos	15	(492.054,74)	(517.529,61)
Gastos com pessoal	16	(679.941,14)	(709.798,88)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	269,06	(384,72)
Outros rendimentos e ganhos	17	40.789,39	71.757,33
Outros gastos e perdas	18	(258.094,41)	(317.166,88)
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>114.471,04</b>	<b>32.112,58</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1	(35.139,91)	(65.430,65)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>79.331,13</b>	<b>(33.318,07)</b>
Juros e gastos similares suportados	12	(25.579,16)	(38.022,30)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>53.751,97</b>	<b>(71.340,37)</b>
Imposto sobre o rendimento	4	(52.281,01)	13.199,90
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>1.470,96</b>	<b>(58.140,47)</b>

O Contabilista Certificado

A Direção

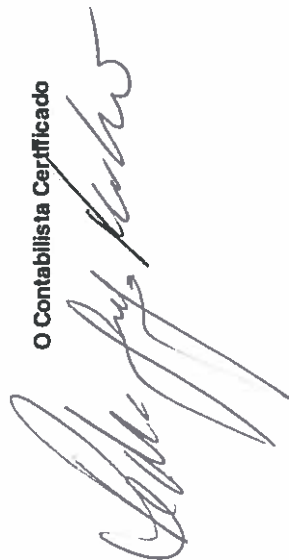
  
  
Maria da Graça Teixeira

(Valores expressos em euros)

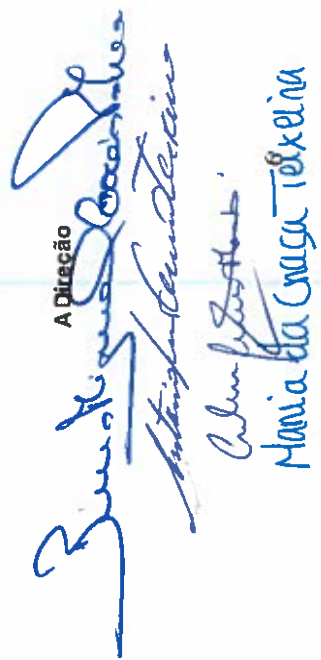
**Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

DESCRIÇÃO	Notas	Património Realizado	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
<b>A 1 de janeiro de 2017</b>		50.000,00	(2.589,36)	85.327,90	(98.535,72)	34.202,82
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Aplicação do resultado líquido de 2016		-	(98.535,72)	-	98.535,72	-
Outras alterações reconhecidas no património líquido		-	-	(40.482,49)	-	(40.482,49)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		-	(98.535,72)	(40.482,49)	98.535,72	(40.482,49)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					(58.140,47)	(58.140,47)
					(58.140,47)	(58.140,47)
<b>A 31 de dezembro de 2017</b>		50.000,00	(101.125,08)	44.845,41	(58.140,47)	(64.420,14)
<b>A 1 de janeiro de 2018</b>		50.000,00	(101.125,08)	44.845,41	(58.140,47)	(64.420,14)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Aplicação do resultado líquido de 2017		-	(58.140,47)	-	58.140,47	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	(5.000,00)	(19.380,07)	-	(24.380,07)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		-	(63.140,47)	(19.380,07)	58.140,47	(24.380,07)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					1.470,96	1.470,96
					1.470,96	1.470,96
<b>A 31 de dezembro de 2018</b>		50.000,00	(164.265,55)	25.465,34	1.470,96	(87.329,25)

O Contabilista Certificado



A Direção



Mania da Craga Teixeira



(Valores expressos em euros)

**Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

	Notas	2018	2017
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes		444.353,91	596.214,06
Pagamentos a fornecedores		(639.663,51)	(987.407,69)
Pagamentos ao pessoal		(720.850,03)	(718.078,76)
Caixa gerada pelas operações		<b>(916.159,63)</b>	<b>(1.109.272,39)</b>
Outros recebimentos/pagamentos		1.745.629,97	1.977.479,73
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>829.470,34</b>	<b>868.207,34</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		-	-
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1.236.000,00	322.027,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(2.003.500,00)	(1.136.322,06)
Juros e gastos similares		(40.334,86)	(58.627,18)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(807.834,86)</b>	<b>(872.922,24)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>21.635,48</b>	<b>(4.714,90)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>4.666,92</b>	<b>9.381,82</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	9	<b>26.302,40</b>	<b>4.666,92</b>

<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>		
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.666,92	9.381,82
Equivalentes a caixa no início do período	4.666,92	9.381,82
Variações cambiais de caixa no início do período	-	-
Saldo da gerência anterior	4.666,92	9.381,82
De execução orçamental	4.666,92	9.381,82
De operações de tesouraria	18.335,58	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	26.302,40	4.666,92
Equivalentes a caixa no fim do período	26.302,40	4.666,92
Variações cambiais de caixa no fim do período	-	-
Saldo para a gerência seguinte	26.302,40	4.666,92
De execução orçamental	26.302,40	4.666,92
De operações de tesouraria	-	-

O Contabilista Certificado

A Direção

  
Mania da Graça Teixeira

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017**

*[Handwritten signature and initials]*

**NOTA INTRODUTÓRIA - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO  
CONTABILÍSTICA PARA ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - SNC-AP**

Estas demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela ASSOCIAÇÃO AÇORIANA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA E HOTELEIRA de acordo com as Normas de Contabilidade Pública ("NCP") – emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2018 – e de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, tendo a Entidade preparado o seu balanço de abertura na data de transição a 1 de janeiro de 2017. As demonstrações financeiras até 31 de Dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), que se insere no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF - ESNL) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC - ESNL.

No processo de transição das políticas contabilísticas anteriormente adotadas no SNC para o SNC-AP, a Direção considerou inexistir qualquer ajustamento ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior. Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2017 não foram re-expressos por também não ser necessário refletir quaisquer ajustamentos e, desta forma, não é apresentada a reconciliação e descrição dos impactos, da transição do normativo anterior para o SNC-AP, no património líquido, resultado do período e fluxos de caixa.





## IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ASSOCIAÇÃO AÇORIANA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA E HOTELEIRA, abreviadamente designada por Associação, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 19 de julho de 2002 pelo Governo dos Açores, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e a SATA Air Açores. Tem a sua sede na Rua dos Clérigos nº. 4, 9500-308 Ponta Delgada.

Sendo uma Entidade detida maioritariamente por entidades com capitais públicos, está sujeita à disciplina do setor público empresarial regional, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. É uma entidade pública reclassificada, uma vez que se inclui no subsector da administração regional, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, adotando para o efeito o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações públicas (SNC-AP).

A Associação tem como objeto social ministrar formação profissional na área de hotelaria, turismo, restauração e atividades conexas, bem como gerir estabelecimentos conexos.

Para prossecução deste objetivo, a Associação promoveu a criação da Escola de Formação Turística e Hoteleira que se rege por regulamento próprio, tendo para tal o direito de utilização do restaurante e Lounge Anfiteatro nas Portas do Mar, que constituirão a sua estrutura principal de formação técnica e prática.

Ao abrigo do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei 460/77, de 7 de Novembro e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 52/80, de 26 de março, conjugados com o nº 3 do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 38-A/2004/A, de 11 de novembro, a Presidência do Governo Regional declarou a Associação de utilidade pública em 7 de novembro de 2005.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2006/A, de 8 de agosto, está previsto a celebração de contratos programa com associações sem fins lucrativos com vista à realização de projetos de interesse público nos domínios da promoção e animação turísticas, da criação de uma oferta estruturada de animação turística, da qualificação da oferta turística da Região e



para o suporte de estudos, monitorização e acompanhamento da atividade turística nos Açores. Neste âmbito, foi atribuída uma comparticipação de 350.000 euros com vista a concretização de um plano de ações que vigora até 31 de dezembro de 2018.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'G' and a signature that appears to be 'C. G. G. G.'.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large blue arrow pointing downwards and several illegible signatures.

## REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com regime simplificado para as pequenas entidades do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pela Portaria 218/2016 de 9 de agosto, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública – Pequenas Entidades (NCP-PE), constantes no referido diploma.

Sempre que as NCP-PE não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, ao SNC-AP do regime geral, e depois, às Normas de Contabilidade e Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras da Associação e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

### Apresentação apropriada e conformidade com as NCP-PE

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos da Associação. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP-PE.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Associação, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

*[Handwritten signature and initials]*

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pela Direção, em 4 de abril de 2019.

#### **Derrogação das disposições do SNC-AP**

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

#### **Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

#### **Compensação de saldos e transações**

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

*[Handwritten signature and initials]*

## RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, com base no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo quando indicado.

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

A Associação classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

### (a) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis, utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com

reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

#### **(b) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

#### **(c) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

As contribuições para o património social registadas em Participações financeiras estão mensuradas ao valor nominal.

#### **(d) INVENTÁRIOS**

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

**(e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**


Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios ou por empréstimos bonificados; Clientes, contribuintes e utentes; Credores por transferências e subsídios obtidos, Fornecedores e Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros, que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.



Handwritten initials: "G" and "A" with a signature.

**i. CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER**

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

**ii. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

**iii. PATRIMÓNIO REALIZADO**

O património social inicial da Associação corresponde às prestações pecuniárias dos associados fundadores:

**iv. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

**v. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

**(f) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS**

As quantias escrituradas dos ativos financeiros, que não sejam mensurados ao justo valor através dos resultados, são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se



Handwritten notes in blue ink: a large arrow pointing down and to the right, and the letters 'G', 'C', 'P', 'i', 'n', 'k' written vertically.

existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

#### **(g) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

A Associação desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Associação desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **(h) PROVISÕES**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

#### **(i) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados

Handwritten notes in blue ink: an arrow pointing to the word "rendimentos" in the first paragraph, and the initials "G", "Cp", and "M" followed by a vertical line.

continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

#### **(j) RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES**

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Associação (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Associação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Associação mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Associação quando satisfaz uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições contratuais assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

#### **(k) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

A Associação reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Handwritten notes in blue ink: a large arrow pointing down and to the left, and the letters 'G' and 'H' with a vertical line through them.

**(l) ESPECIALIZAÇÃO DE GASTOS E RENDIMENTOS**

A Associação regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

**(m) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.



Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expetativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

**(n) MATÉRIAS AMBIENTAIS**

A Associação reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem com os ativos e passivos com eles relacionados. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

**(o) ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existentes à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período subsequente estão relacionadas com a determinação da elegibilidade dos gastos com os cursos de formação profissional realizados e ainda não aprovados que, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelas entidades financiadoras, a Associação estima numa base provisória, podendo haver correções decorrentes da sua não integral aceitação.

**Consistência de apresentação**

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

#### **Alterações às normas**

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Associação.

#### **Alterações nas políticas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Associação, para os períodos apresentados.

#### **Alterações nas estimativas contabilísticas**

A Associação não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

#### **Erros materiais de períodos anteriores**

Não foi identificado em 2018 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

#### **Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo a Direção procedido à avaliação da capacidade da Associação operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

**INFORMAÇÃO DESAGREGADA DOS ITENS APRESENTADOS NO BALANÇO E NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS TENDO EM CONTA A SUA NATUREZA E MATERIALIDADE**

**1 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:

31 de dezembro de 2018					
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos	Investimentos em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	935.847	403.984	210.480	2.950	1.553.261
Depreciações acumuladas iniciais	(861.706)	(392.397)	(209.068)	-	(1.463.171)
Quantia líquida escriturada inicial	74.141	11.587	1.412	2.950	90.089
Movimentos do período	(12.969)	(6.682)	(1.260)	-	(20.912)
Aumentos	12.093	2.135	-	-	14.228
Aquisições	12.093	2.135	-	-	14.228
Diminuições	(25.062)	(8.817)	(1.260)	-	(35.140)
Depreciações	(25.062)	(8.817)	(1.260)	-	(35.140)
Quantia bruta escriturada final	947.940	406.119	210.480	2.950	1.567.489
Depreciações acumuladas finais	(886.768)	(401.215)	(210.328)	-	(1.498.311)
Quantia líquida escriturada final	61.172	4.905	151	2.950	69.177

31 de dezembro de 2017					
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos	Investimentos em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	929.502	399.222	208.742	-	1.537.466
Depreciações acumuladas iniciais	(933.254)	(302.751)	(161.914)	-	(1.397.919)
Quantia líquida escriturada inicial	(3.752)	96.471	46.829	-	139.546
Movimentos do período	77.894	(84.884)	(45.417)	2.950	(115.961)
Aumentos	6.345	4.763	1.737	2.950	15.795
Aquisições	11.265	1.580	-	2.950	15.795
Outras	(4.920)	3.183	1.737	-	-
Diminuições	(28.209)	(23.142)	(13.900)	-	(65.252)
Depreciações	(28.209)	(23.142)	(13.900)	-	(65.252)
Transferências	99.758	(66.504)	(33.255)	-	(66.504)
Outras	99.758	(66.504)	(33.255)	-	(66.504)
Quantia bruta escriturada final	935.847	403.984	210.480	2.950	1.553.260
Depreciações acumuladas finais	(861.706)	(392.397)	(209.068)	-	(1.463.170)
Quantia líquida escriturada final	74.141	11.587	1.412	2.950	90.089



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'A' and several initials.

## 2 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Na rubrica de Investimentos financeiros está registada a participação na Adeliaçor – Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores, no montade 25 euros, e os fundos disponibilizados para o Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 2.522 euros (em 2017 – 1.829 euros).

A participação no património social da Associação Portas do Mar (APM) constituída em 2008, no montante de 5.000 euros, foi anulada, por motivo da extinção dessa entidade em 31 de dezembro de 2018 (Nota 10), em conformidade com o aprovado em assembleia geral da Associação Portas do Mar reunida em 12 de dezembro de 2018, em que os associados também deliberaram, por unanimidade, a transmissão global dos seus ativos e passivos (incluindo as contingências relacionadas com a liquidação do IVA na atividade exercida) para a Associação Açoreana de Formação Turística e Hoteleira, que terá o seguinte impacto com efeitos a 1 de janeiro de 2019 no património líquido:

<b>Ativos</b>	
Não correntes	11 052
Correntes	<u>172 206</u>
	183 258
<b>Passivos correntes</b>	<u>(440 810)</u>
<b>Património líquido em 1 de janeiro de 2019</b>	<u>(257 552)</u>

## 3 - DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo das rubricas de Devedores por transferências e subsídios, que se refere aos subsídios a receber, a título não reembolsável (transações sem contraprestação), detalha-se do seguinte modo:





Lup. G  
Jut  
e

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Devedores por transferências e subsídios</b>				
Contratos programa - Direção Regional de Turismo				
Ano 2013	155.000	-	145.000	155.000
Ano 2014	300.000	-	150.000	150.000
Ano 2015	-	100.000	100.000	-
Ano 2016	100.000	-	185.000	100.000
Ano 2017	-	70.000	70.000	-
Ano 2018	50.000	-	-	-
	<u>605.000</u>	<u>170.000</u>	<u>650.000</u>	<u>405.000</u>
Fundo Social Europeu	686.913	-	511.468	-
	<u>1.291.913</u>	<u>170.000</u>	<u>1.161.468</u>	<u>405.000</u>

O montante registado de 775.000 euros nesta rubrica é referente aos contratos programas celebrados com a Região Autónoma dos Açores para o desenvolvimento das atividades da Escola de Formação Turística e Hoteleira e de unidade de aplicação, dos quais 605.000 euros serão recebidos em 2019 e 170.000 euros em 2020.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes previstos a receber do Fundo Social Europeu referente ao financiamento dos custos de formação profissional pelo programa Pró-Emprego incorridos até essas datas correspondem à estimativa de rendimentos e gastos passíveis de serem financiados numa perspetiva global da sua duração, e subdividem-se entre os gastos já submetidos para validação de 686.913 euros e ainda não apresentados de 886.142 euros, estando esta última verba classificada em Outras contas a receber (Nota 7).

#### 4- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos com as entidades públicas detalham-se como segue:

*Handwritten notes and signatures:*  
 G  
 A  
 M  
 /

	2018		2017	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos				
Trabalho dependente	-	4.890	-	7.007
Trabalho independente	-	4.073	-	5.522
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA a recuperar	6.779	-	-	-
IVA a pagar	-	-	-	2.728
Contribuições para a segurança social	-	11.127	-	15.383
Contribuições para a caixa geral de aposentações	-	1.010	-	986
Contribuições para a A.D.S.E.	-	102	-	99
Outras tributações - FCT e FGCT	-	77	-	79
	<u>6.779</u>	<u>21.279</u>	<u>-</u>	<u>31.806</u>

A Associação está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores, a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 16,80% em 2018. Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, a Associação está também sujeita à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Direção entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O prejuízo fiscal apurado nos anos de 2015 e 2016, reportável num período de 12 anos, determinou a constituição de ativos por impostos diferidos no montante de 52.281 euros (em 2016 – 39.081 euros), por existir a expectativa de que poderiam ser recuperados durante o período de reporte com base nos resultados projetados. Em conformidade com a avaliação

efetuada pela Direção, a recuperabilidade desses prejuízos não é exetável tendo em conta que a atividade sujeita a tributação não seria materialmente significativa e, por isso, procedeu-se à anulação dos ativos por impostos diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

## 5 - INVENTÁRIOS

O movimento ocorrido durante o ano de 2018 e 2017 é assim resumido:

	2018	2017
Inventário inicial	20.958	22.154
Compras	200.575	238.149
Inventário final	(16.509)	(20.958)
Custo das vendas	<u>205.025</u>	<u>239.345</u>
Inventário final	<u>16.509</u>	<u>20.958</u>
<b>Saldo líquido</b>	<u><b>16.509</b></u>	<u><b>20.958</b></u>

## 6- CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica estava assim decomposto:

	2018	2017
<b>Clientes</b>		
SalDOS correntes	14.376	19.906
Cobrança duvidosa	16.921	17.190
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(16.921)</u>	<u>(17.190)</u>
	<u><b>14.376</b></u>	<u><b>19.906</b></u>

A rubrica de perdas por Imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 resume-se como se segue:



	2018	2017
Saldo Inicial	(17.190)	(16.805)
Reforços do ano	-	(705)
Reversões do ano	269	320
Saldo Final	<u>(16.921)</u>	<u>(17.190)</u>

## 7 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica compreende maioritariamente estimativas de gastos incorridos e ainda não apresentados relativos a formação profissional, cujo detalhe se apresenta:

	2018	2017
Outros contas a receber		
FSE - Encargos ainda não submetidos	886.142	1.492.066
Outros	311	-
	<u>886.452</u>	<u>1.492.066</u>

## 8- DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do ativo de Diferimentos contempla os gastos a reconhecer relacionados nomeadamente com seguros, conforme se apresenta:

	2017	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	2.080	4.396
Outros	610	-
	<u>2.690</u>	<u>4.396</u>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Na rubrica de Diferimentos (passivos), o saldo de Rendimentos a reconhecer a 31 de dezembro de 2018 e 2017, diz respeito a rendimentos a registar dos valores já recebidos de ações de formação que serão realizadas nos períodos subsequentes, no montante de 51.208 euros (em 2017 - 61.708 euros).

## 9- CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	2018	2017
Caixa	-	350
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	27.301	6.252
	<u>27.301</u>	<u>6.602</u>
Depósitos bancários (saldo credor)	(998)	(1.935)
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<u><u>26.302</u></u>	<u><u>4.667</u></u>

A Associação não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados.

## 10- PATRIMÓNIO

O património social inicial da Associação foi dotado, em 2002, de uma verba de 50.000 euros, correspondente às seguintes prestações pecuniárias feitas pelos associados fundadores:

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	25.000
CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA	12.500
SATA AIR AÇORES – SOCIEDADE AÇOREANA DE TRANSPORTES AÉREOS, S.A.	12.500
	<u><u>50.000</u></u>



Constitui património da Associação o produto das participações anuais dos seus associados, bem como os bens, valores, serviços e direitos para ela transferidos ou adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos no Património líquido resume-se como segue:

	01-01-2018	Aplicação de resultados	Variações	31-12-2018
Património	50.000	-	-	50.000
Resultados transitados	(101.125)	(58.140)	(5.000)	(164.266)
Outras variações dos fundos próprios	44.845	-	(19.380)	25.465
	(6.280)	(58.140)	(24.380)	(88.800)
Resultado líquido	(58.140)	58.140	1.471	1.471
Total do património líquido	(64.420)	-	(22.909)	(87.329)

	01-01-2017	Aplicação de resultados	Variações	31-12-2017
Património	50.000	-	-	50.000
Resultados transitados	(2.589)	(98.536)	-	(101.125)
Outras variações dos fundos próprios	85.328	-	(40.482)	44.845
	132.739	(98.536)	(40.482)	(6.280)
Resultado líquido	(98.536)	98.536	(58.140)	(58.140)
Total do património líquido	34.203	-	(98.623)	(64.420)

Os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis e os correspondentes impostos associados são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O imposto a pagar no futuro sobre estes subsídios é reconhecido em Outras contas a pagar e subsequentemente anulado diretamente no património líquido, à medida que esses subsídios são imputados a resultados (Nota 11). A rubrica de Outras variações no património teve o seguinte movimento:

	Subsídio	Ajustamentos	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2017	104.440	(19.113)	85.328
Transferência para resultados	(49.550)	-	(49.550)
Anulação do imposto a pagar	-	9.068	9.068
Saldo em 31 de dezembro de 2017	54.890	(10.045)	44.845
Transferência para resultados	(23.721)	-	(23.721)
Anulação do imposto a pagar	-	4.341	4.341
Saldo em 31 de dezembro de 2018	31.169	(5.704)	25.465

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direção de manter em resultados transitados o resultado negativo de 58.140 euros apurado nesse exercício, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 29 de março de 2018.

## 11- FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar detalha-se como segue:

	2018	2017
<b>Fornecedores</b>		
Sata Air Açores	1.063	2.631
Outros	413.456	371.215
	<u>414.519</u>	<u>373.846</u>
 <b>Outras contas a pagar</b>		
Remunerações a liquidar	116.486	123.388
Juros a liquidar	1.035	715
FSE - valores adiantados	334.693	321.447
Bolsas de formação	9.151	11.650
	<u>461.365</u>	<u>457.199</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Fundo Social Europeu tinha adiantado 334.693 euros e 321.447 euros, respetivamente, montantes que serão regularizados com a apresentação das respetivas despesas antecipadamente financiadas.

O imposto associado ao efeito fiscal futuro das participações atribuídas à Associação, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio contabilizadas na rubrica de Outras variações património líquido, é reconhecido em Outras contas a pagar, como passivo não corrente no montante de 5.704 euros e 10.045 euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

## 12- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Financiamentos obtidos tinha o seguinte detalhe:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>				
Empréstimos bancários	1.620.000	-	2.389.435	-
Descobertos bancários	998	-	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.620.998</b>	<b>-</b>	<b>2.389.435</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2018, na rubrica de financiamentos obtidos estavam registados os fundos adiantados pelo Santander Totta, no montante de 1.200.000 euros, ao abrigo do protocolo celebrado com a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional (DREQP) para o normal funcionamento da Escola Profissional (em 2017 – 1.900.000 euros).

A DREQP assume a responsabilidade pelo pagamento dos juros remuneratórios aplicáveis acrescidos do respetivo imposto de selo.

Existe também com essa instituição de crédito duas contas correntes caucionadas, com montantes autorizados de 200.000 euros e 25.000 euros, cujo saldo utilizado a 31 de dezembro de 2018 era de 57.500 euros e 7.500 euros, respetivamente. Ambas as contas são remuneradas à taxa Euribor, de 12 meses acrescidas de uma margem de 4,75 pontos percentuais (em 2017 – 22.500 euros).

O crédito integrado flexível com a Caixa Económica Montepio Geral, no montante autorizado de 300.000 euros, por um período de seis meses, que vence juros a uma taxa Euribor a 6 meses acrescida de uma margem de 4,5 pontos percentuais, estava utilizado em 255.000 euros em 31 de dezembro de 2018 (em 2017 – 180.000 euros).

O crédito contratado com o Banco BIC Português, com montante autorizado de 285.000 euros, vence juros a uma taxa Euribor a 3 meses acrescida de uma margem de 3 pontos percentuais, apresentava um saldo utilizado de 100.000 euros a 31 de dezembro de 2018 (em 2017 – 285.000 euros).



Os gastos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, no valor de 25.576 euros, foram reconhecidos como gastos do período corrente, conforme se demonstra:

	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados		
Financiamentos obtidos	25.576	37.979
Juros tributários	2	-
Outros juros	2	44
	<u>25.579</u>	<u>38.022</u>

### 13- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os rendimentos registados nesta rubrica durante o ano de 2018, no montante de 394.854 euros (em 2017 – 493.799 euros), dizem respeito sobretudo à atividade de restauração e organização de eventos, bem como de ações de formação profissional organizadas pela Escola.

### 14- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS

Nesta rubrica estão registados os gastos a suportar no âmbito do Proemprego, bem como o financiamento dos encargos incorridos no ano de 2018 com formação teórica realizada no âmbito dos cursos relacionados com o turismo e a hotelaria e também com diversas ações realizadas pela Associação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores registados resumem-se como segue:

	2018	2017
Fundo Social Europeu (Nota 3)	962.974	905.365
Contrato Programa (Nota 3):		
2016	-	60.000
2017	-	270.000
2018	350.000	-
Outros subsídios	700	15.417
	<u>1.313.674</u>	<u>1.250.782</u>

*Handwritten notes:*  
 →  
 G.  
 C.F.  
 J.H.

## 15- FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:

	2018	2017
Subcontratos	-	10.522
Serviços especializados	232.773	241.953
Materiais de consumo	24.934	24.078
Energia e fluídos	89.492	93.163
Deslocações, estadas e transportes	59.483	61.607
Serviços diversos	85.374	86.206
	<u>492.055</u>	<u>517.529</u>

## 16- GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	40.991	39.189
Remunerações do pessoal	512.304	532.794
Encargos sobre remunerações	118.901	125.525
Seguro de acidentes no trabalho	6.094	9.658
Outros	1.650	2.633
	<u>679.941</u>	<u>709.799</u>

## 17- OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se conforme se segue:

*Handwritten notes and signatures:*  
 A large blue checkmark.  
 "Cof. Gr" (likely "Cof. Gral")  
 "JH" (likely "J. H.")  
 A long diagonal line.

	2018	2017
Imputação de subsídios e transferências para investimento	23.721	49.550
Rendimentos suplementares	15.220	22.132
Rendimentos e ganhos em investimentos	0	50
Descontos de pronto pagamento obtidos	15	21
Outros		
Outros não especificados	1.833	4
	<u>40.789</u>	<u>71.757</u>

Os rendimentos suplementares compreendem maioritariamente valores provenientes de patrocínios no evento anual 10 fest, bem como as taxas de recuperação aplicadas aos formandos.

## 18- OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo desta rubrica refere-se nomeadamente a encargos com formandos, conforme se apresenta:

	2018	2017
Impostos e Taxas	36.938	53.036
Correções relativas a períodos anteriores	259	-
Quotizações	350	350
Multas e penalidades	-	7
Outros		
Outros encargos com formandos	205.362	243.816
Serviços bancários	15.185	19.958
Outros não especificados	1	-
	<u>258.094</u>	<u>317.167</u>



### ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Associação não tem qualquer ativo nem passivo contingente.

→ G  
dta  
Cys.  
f

**INDICAÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAL, TITULARES DO ÓRGÃO DE GESTÃO OU INFORMAÇÃO ÚTIL**

O número médio de pessoas ao serviço da Associação nos exercícios de 2018 e 2017 era de 31 funcionários.

Os órgãos sociais e de gestão tinham a seguinte composição:

**Direção**

Nome	Cargo
Bruno Miguel Correia Pacheco	Presidente Direção
Cíntia de Lacerda Ferreira dos Santos Martins	Vice-Presidente Direção
António Luís Gusmão Teixeira	Vice-Presidente Direção
João Manuel Pires Medeiros	Vogal Direção
Maria da Graça Lopes Teixeira	Diretora Executiva

**Mesa da Assembleia**

Nome	Cargo
José Manuel Oliveira Melo	Presidente Assembleia Geral
Rafaela Cristina Seabra Teixeira	1.º Secretário Assembleia Geral
Ana Cláudia Monteiro Leal	2.º Secretário Assembleia Geral

**Conselho Fiscal**

Nome	Cargo
Rui Oliveira da Apresentação	Presidente Conselho Fiscal
Filipe Armindo Vasconcelos Tavares Moniz de Frias	Vogal Conselho Fiscal
Manuel Luís Fernandes Branco, em representação de UHY & Associados, SROC, LDA.	Vogal Conselho Fiscal



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'A' and 'G'.

**Demonstrações Orçamentais  
31 de dezembro de 2018**

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO					TOTAL	D.F.
		RP	RC	RE	EMP	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais (1)	0,00	4.668,92	0,00	0,00	0,00	4.668,92	0,00
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.335,58	8.335,58	0,00
	<b>Recorrencia</b>							
R1	Recorrencia fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	3.996,21	0,00	0,00	0,00	3.996,21	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	1.036,54	0,00	0,00	0,00	1.036,54	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	234,85	0,00	0,00	0,00	234,85	0,00
R5.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.13	Segurança Social	0,00	234,85	0,00	0,00	0,00	234,85	0,00
R5.14	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.15	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	80,69	0,00	0,00	0,00	80,69	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	429.844,98	0,00	0,00	0,00	429.844,98	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	12.043,74	0,00	0,00	0,00	12.043,74	0,00
	<b>Recorrencia de Capital</b>							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	2.037.398,87	0,00	0,00	0,00	2.037.398,87	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	630.700,00	0,00	0,00	0,00	630.700,00	0,00
R9.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.13	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.14	Administração Regional	0,00	630.700,00	0,00	0,00	0,00	630.700,00	0,00
R9.15	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	1406.698,87	0,00	0,00	0,00	1406.698,87	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Recorrencia efetiva [2]</b>	<b>0,00</b>	<b>2.484.320,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.484.320,34</b>	<b>0,00</b>
	<b>Recorrencia não efetiva [3]</b>	<b>0,00</b>	<b>1.236.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.236.000,00</b>	<b>0,00</b>
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	1.236.000,00	0,00	0,00	0,00	1.236.000,00	0,00
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>0,00</b>	<b>3.724.887,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.724.887,28</b>	<b>0,00</b>
	<b>Recorrencia de operações de tesouraria [6]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



RUBRICA		FONTES DE FINANCIAMENTO (b)						R 1
		RP	RG	UE	EMPEN	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
D1	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	680.894,04	0,00	0,00	0,00	680.894,04	0,00
D11	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	487.745,45	0,00	0,00	0,00	487.745,45	0,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	63.00,74	0,00	0,00	0,00	63.00,74	0,00
D13	Segurança social	0,00	130.07,85	0,00	0,00	0,00	130.07,85	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	721034,75	0,00	0,00	0,00	721034,75	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	40.537,07	0,00	0,00	0,00	40.537,07	0,00
D4	Transferências correntes	0,00	207.860,73	0,00	0,00	0,00	207.860,73	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.13	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.14	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.15	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D43	Famílias	0,00	207.860,73	0,00	0,00	0,00	207.860,73	0,00
D44	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	5.342,24	0,00	0,00	0,00	5.342,24	0,00
D7	Despesa de Capital							
D7	Investimento	0,00	2180,45	0,00	0,00	0,00	2180,45	0,00
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.13	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.14	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.15	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D83	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D84	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	0,00	1.676.849,28	0,00	0,00	0,00	1.676.849,28	0,00
	Despesa não efetiva [6]	0,00	2.003.500,00	0,00	0,00	0,00	2.003.500,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	2.003.500,00	0,00	0,00	0,00	2.003.500,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	0,00	3.680.349,28	0,00	0,00	0,00	3.680.349,28	0,00
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	18.335,58	18.335,58	0,00
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	0,00	44.837,98	0,00	0,00	0,00	44.837,98	0,00
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo global [2]-[5]	0,00	807.471,06	0,00	0,00	0,00	807.471,06	0,00
	Despesa primária	0,00	1636.312,21	0,00	0,00	0,00	1636.312,21	0,00
	Saldo corrente	0,00	-122.743,57	0,00	0,00	0,00	-122.743,57	0,00
	Saldo de capital	0,00	2.016.218,42	0,00	0,00	0,00	2.016.218,42	0,00
	Saldo primário	0,00	848.008,13	0,00	0,00	0,00	848.008,13	0,00
	Receta total [1]+[2]+[3]	0,00	3.724.987,26	0,00	0,00	0,00	3.724.987,26	0,00
	Despesa total [5]+[6]	0,00	3.680.349,28	0,00	0,00	0,00	3.680.349,28	0,00



6/24/19

41



DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Rubrica	Descrição	Disponível por período anterior	Debitos cump. até	Cálculos adicionais	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de deduções			Compromissos a pagar	Grafico de evolução	
							Período anterior	Período corrente	Total		Período anterior	Período corrente
D	Despesas Correntes	1.228,33	723.162,00	0,00	698.089,31	698.089,31	1.228,33	878.887,71	880.894,04	0,00	17.208,27	8%
D1	Despesa com o pessoal											
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		514.571,00		494.350,79	494.350,79		487.745,45	487.745,45	0,00	6.814,24	0%
D1.2	Alíquotas Variáveis ou Eventuais		72.038,00		65.458,42	65.458,42	0,00	63.830,74	63.830,74	0,00	2.327,88	0%
D1.3	Segurança social	1226,33	136.553,00		138.281,0	138.281,0	1226,33	128.781,52	130.017,85	0,00	8.283,25	7%
D2	Aquisição de bens e serviços	366.670,14	1.273.508,00	72.307,87	1.148.385,61	1.137.288,85	170.994,62	880.040,13	721.034,75	9.036,98	418.223,90	13%
D3	Juros e outros encargos		45.545,00		40.537,07	40.537,07		40.537,07	40.537,07	0,00	0,00	0%
D4	Transferências correntes	0,10	219.327,00	0,00	217.023,36	217.023,36	0,00	207.880,73	207.880,73	0,00	9.162,83	0%
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
D4.1.1	Administração Central - Estado											
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades											
D4.1.3	Segurança Social											
D4.1.4	Administração Regional											
D4.1.5	Administração Local											
D4.2	Instituições sem fins lucrativos											
D4.3	Famílias	0,10	219.327,00		217.023,36	217.023,36	0,00	207.880,73	207.880,73	0,00	9.162,83	0%
D4.4	Outras											
D5	Subsídios											
D6	Outras despesas correntes		11.040,00		5.402,24	5.402,24		5.342,24	5.342,24	28,40	80,00	0%
D6.1	Total das Despesas Correntes	366.796,87	2.272.882,00	72.307,87	2.107.383,89	2.088.320,83	172.220,95	1.483.097,97	1.658.888,83	9.083,38	442.851,80	8%
D7	Despesas de Capital											
D7.1	Investimento	6.893,98	24.888,00		23.483,34	23.483,34	6.893,98	14.486,49	21.180,45	0,00	2.302,89	27%
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
D8.1.1	Administração Central - Estado											
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades											
D8.1.3	Segurança Social											
D8.1.4	Administração Regional											
D8.1.5	Administração Local											
D8.2	Instituições sem fins lucrativos											
D8.3	Famílias											
D8.4	Outras											
D9	Outras despesas de capital											
D9.1	Total das Despesas de Capital	6.893,98	24.888,00	0,00	23.483,34	23.483,34	6.893,98	14.486,49	21.180,45	0,00	2.302,89	27%
D10	Despesas não efetivas											
D10.1	Ativos financeiros		2.003.500,00		2.003.500,00	2.003.500,00		2.003.500,00	2.003.500,00	0,00	0,00	0%
D10.2	Passivos financeiros		2.003.500,00		2.003.500,00	2.003.500,00		2.003.500,00	2.003.500,00	0,00	0,00	0%
D11	Total das Despesas não efetivas	0,00		0,00	2.003.500,00	2.003.500,00	0,00	2.003.500,00	2.003.500,00	0,00	0,00	0%
D12	Total Geral (Despesas Correntes)	366.796,87	2.272.882,00	72.307,87	2.107.383,89	2.088.320,83	172.220,95	1.483.097,97	1.658.888,83	9.083,38	442.851,80	8%
D13	Total Geral (Despesas Capital)	6.893,98	24.888,00	0,00	23.483,34	23.483,34	6.893,98	14.486,49	21.180,45	0,00	2.302,89	27%
D14	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	2.003.500,00	0,00	2.003.500,00	2.003.500,00	0,00	2.003.500,00	2.003.500,00	0,00	0,00	0%
D15	Total Geral	373.490,85	4.300.888,00	72.307,87	4.134.367,33	4.125.303,97	179.914,93	3.501.084,46	3.880.348,28	9.083,38	444.954,69	4%

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

## ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA DO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Rubrica	Descrição	Receita				
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
	<b>Receitas Correntes</b>					
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos					
R12	Impostos indiretos					
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
R3	Taxas, multas e outras penalidades					
R4	Rendimentos de propriedade					
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.11	Administração Central - Estado					
R5.12	Administração Central - Outras entidades		0,00			0,00
R5.13	Segurança Social					
R5.14	Administração Regional					
R5.15	Administração Local					
R5.2	Exterior - UE					
R5.3	Outras					
R6	Venda de bens e serviços	513.242,00	0,00	5.000,00		508.242,00
R7	Outras receitas correntes		5.000,00	0,00		5.000,00
	<b>Total das Receitas Correntes</b>	513.242,00	5.000,00	5.000,00	0,00	513.242,00
	<b>Receitas de Capital</b>					
R8	Venda de bens de investimento					
R9	Transferências de Capital	1.409.646,00	947.000,00	0,00	0,00	2.356.646,00
R9.1	Administrações Públicas	350.000,00	600.000,00	0,00	0,00	950.000,00
R9.11	Administração Central - Estado					
R9.12	Administração Central - Outras entidades					
R9.13	Segurança Social					
R9.14	Administração Regional	350.000,00	600.000,00			950.000,00
R9.15	Administração Local					
R9.2	Exterior - UE	1.059.646,00	347.000,00			1.406.646,00
R9.3	Outras					
R10	Outras receitas de capital					
	<b>Total das Receitas de Capital</b>	1.409.646,00	947.000,00	0,00	0,00	2.356.646,00
	<b>Receitas não efetiva</b>					
R12	Ativos financeiros					
R13	Passivos financeiros		1.431.000,00			1.431.000,00
	<b>Total das Receitas não efetiva</b>	0,00	1.431.000,00	0,00	0,00	1.431.000,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos					
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		0,00		0,00	0,00
	<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>	513.242,00	5.000,00	5.000,00	0,00	513.242,00
	<b>Total Geral (Receitas Capital)</b>	1.409.646,00	947.000,00	0,00	0,00	2.356.646,00
	<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>	0,00	1.431.000,00	0,00	0,00	1.431.000,00
	<b>Total Geral</b>	1.922.888,00	2.383.000,00	5.000,00	0,00	4.300.888,00



## ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA DO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Rubrica	Tipo	Descrição	Despesa				Previsões Comp. 2018
			Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			
				Inscrições/ Relações	Diminuições/ Anulações	Créditos/ Legislação	
		<b>Despesas Correntes</b>					
D1		<b>Despesas com o pessoal</b>	661.262,00	276.165,00	213.305,00	0,00	723.162,00
D1.1	M	Remunerações Certas e Permanentes	455.976,00	82.00,00			538.076,00
D1.1	P	Remunerações Certas e Permanentes		130.957,00	164.462,00		-23.505,00
D1.2	M	Abonos Variáveis ou Eventuais	90.354,00	11300,00			101654,00
D1.2	P	Abonos Variáveis ou Eventuais		19.572,00	48.188,00		-29.616,00
D1.3	M	Segurança social	114.952,00	219 0,00			116.862,00
D1.3	P	Segurança social		9.346,00	9.655,00		-309,00
D2		<b>Aquisição de bens e serviços</b>	1.205.131,00	627.905,30	559.528,30	0,00	1.273.508,00
D2	M	Aquisição de bens e serviços	1205.131,00	166.584,00			137175,00
D2	P	Aquisição de bens e serviços		46132130	559.528,30		-98.207,00
D3		<b>Juros e outros encargos</b>	56.475,00	40.000,00	50.930,00	0,00	45.545,00
D3	M	Juros e outros encargos	56.475,00	5.400,00			61875,00
D3	P	Juros e outros encargos		34.600,00	50.930,00		-16.330,00
D4		<b>Transferências correntes</b>	0,00	447.049,00	227.722,00	0,00	219.327,00
D4.3	M	Famílias		86.000,00			86.000,00
D4.3	P	Famílias		361049,00	227.722,00		133.327,00
D5		<b>Subsídios</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6		<b>Outras despesas correntes</b>	0,00	30.470,00	19.430,00	0,00	11.040,00
D6	M	Outras despesas correntes		0,00			0,00
D6	P	Outras despesas correntes		30.470,00	19.430,00		11040,00
		<b>Total das Despesas Correntes</b>	1.922.888,00	1.420.609,30	1.070.915,30	0,00	2.272.582,00
		<b>Despesas de Capital</b>	0,00	24.806,00	0,00	0,00	24.806,00
D7	M	Investimento		1206,00			1206,00
D7	P	Investimento		23.600,00			23.600,00
D8		<b>Transferências de capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1		<b>Administrações Públicas</b>					
D8.1.1		Administração Central - Estado					
D8.1.2		Administração Central - Outras entidades					
D8.1.3		Segurança Social					
D8.1.4		Administração Regional					
D8.1.5		Administração Local					
D8.2		Instituições sem fins lucrativos					
D8.3		Famílias					
D8.4		Outras					
D9		<b>Outras despesas de capital</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>Total das Despesas de Capital</b>	0,00	24.806,00	0,00	0,00	24.806,00
		<b>Despesas não efetivas</b>					
D10		Ativos financeiros					
D11	M	Passivos financeiros		2.003.500,00			2.003.500,00
		<b>Total das Despesas não efetivas</b>	0,00	2.003.500,00	0,00	0,00	2.003.500,00
		<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>	1922.888,00	1420.609,30	1070.915,30	0,00	2.272.582,00
		<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>	0,00	24.806,00	0,00	0,00	24.806,00
		<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>	0,00	2.003.500,00	0,00	0,00	2.003.500,00
		<b>Total Geral</b>	1922.888,00	3.448.915,30	1070.915,30	0,00	4.300.888,00



### TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita Prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios recebida	Observações
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6] [5] [5]	[7]	[8]
Transferência capital	Contrato-Programa 2013	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	145 000,00	145 000,00	-	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2014	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	150 000,00	-	150 000,00	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2015	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	100 000,00	-	100 000,00	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2016	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	185 000,00	185 000,00	-	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2017	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	70 000,00	-	70 000,00	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2018	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	300 000,00	300 000,00	-	-	

O Contabilista Certificado

A Direção

  
  
Maria da Graça Teixeira